



FORMAS DE LUTA E RESISTÊNCIA: AS AÇÕES DO SINDICATO DA ZONA DA MATA RONDONIENSE, MOBILIZAÇÕES E RELAÇÕES DIANTE DAS DEMANDAS CONTEMPORÂNEAS

Alan Cristian de Carvalhoⁱ
Mestre em História e estudos culturais pela
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

RESUMO

O presente artigo trata-se de parte das discussões existentes no trabalho de dissertação de mestrado sob o título *O Movimento Sindical dos Servidores Públicos Municipais da Zona da Mata Rondoniense (2003-2012)*, e visa discutir e problematizar as principais ações do movimento do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Zona da Mata (SINSEZMAT). Entidade atuante na região denominada Zona da Mata Rondoniense, compreendendo sete municípios do Estado de Rondônia: Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Castanheiras, Nova Brasilândia D'Oeste, Novo Horizonte do Oeste, Rolim de Moura e Santa Luzia D'Oeste. Localizando-se na porção Centro-Sul do Estado de Rondônia. Diante do proposto, destaca-se o movimento de mobilização da entidade e dos servidores e servidoras sindicalistas no interior do estado de Rondônia, discutindo a representatividade, a luta dos servidores e servidoras em defesa das suas demandas, e o movimento de greve enquanto forte elemento de combate, luta e sociabilidade. A partir da discussão, pode-se inferir que as diversas construções e rupturas existentes no breve histórico de lutas sindicais, estão relacionadas a formação de ideias que contemplam a organização e formulação da consciência das diversas categorias que se inserem no movimento, além disso, percebe-se que em meio aos avanços existem inúmeros desafios em relação ao sindicalismo na contemporaneidade, e que as contradições e antagonismos presentes na sociedade e nas relações trabalhistas são as causas dos problemas e os motivos para a busca de soluções, contribuindo assim, para as transformações sociais, ou seja, alimentando, neste sentido, o "motor da história".

Palavras-chave: Sindicalismo; Greve; Amazônia; Zona da Mata.

ABSTRACT

This article is part of the discussions in the Master Dissertation work under the title *The Trade Union Movement of Municipal Public Servants of Zona da Mata Rondoniense (2003-2012)*, and aims to discuss and problematize the main actions of the movement of the Union of Municipal Public Servants of Zona da Mata (SINSEZMAT). This is an active entity in the area called Zona da Mata Rondoniense, comprising seven municipalities in the State of Rondônia: Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Castanheiras, Nova Brasilândia D'Oeste, Novo Horizonte do Oeste, Rolim de Moura and Santa Luzia D ' West. It is located in the Center-South portion of the State of Rondônia. In front of the proposal, we highlight the movement of mobilization of the entity and the servants and union servants in the interior of the state of Rondônia, discussing the representativeness, the struggle of the servants and servers in defense of their demands, and the strike movement as a strong element of combat, struggle and sociability. From the discussion, it can be inferred that the various constructions and ruptures existing in the brief history of union struggles are related to the formation of ideas that contemplate the organization and formulation of the consciousness of the various categories that are inserted in the movement, that there are innumerable challenges in relation to unionism in contemporary times, and that the contradictions and antagonisms present in society and in

labor relations are the causes of the problems and the reasons for the search for solutions, thus contributing to the transformations social, that is, nurturing, in this sense, the "motor of history".

Keywords: Syndicalism; Strike; Amazon; Wood zone.

INTRODUÇÃO

Analisar as diversas relações existentes no interior de uma instituição que se coloca enquanto entidade classista de massas, autônoma e democrática, sem fins lucrativos, constituída para fins de defesa e representação legal da categoria profissional dos Servidores Públicos Municipais da Zona da Mata na base Territorial do Estado de Rondônia, se destaca por possibilitar a problematização e discussão da situação dos servidores e a representatividade do sindicato, principalmente ao se perceber um contexto de difícil mobilização dos trabalhadores em virtude de um processo acelerado de competitividade e individualismo que também reflete no interior dos movimentos sociais. Situar historicamente e contextualizar os sindicatos contribuem para refletir sobre outras possibilidades, que valorizem as lutas conjuntas dos servidores públicos municipais de Rolim de Moura e demais cidades da região.

O objetivo de se discutir e problematizar as relações existentes entre o meio sindical advém da busca de destacar a organização, a combatividade, a coletividade, a associação, a representatividade e a sociabilidade de trabalhadores e trabalhadoras inseridos/as no cotidiano do sindicalismo, seja por meio da presença direta na entidade

enquanto representantes das diversas categorias de servidores, ou por meio da participação e militância nas atividades de manifestações, movimentos e ações do meio social que se insere tais sujeitos.

O presente estudo consiste em parte do trabalho de dissertação de mestrado intitulado *O Movimento Sindical dos Servidores Públicos Municipais da Zona da Mata Rondoniense (2003-2012)*, para a obtenção do título de mestre em História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia, *campus* de Porto Velho, e busca contribuir para as discussões em relação aos movimentos sociais na região da Zona da Mata Rondoniense e demais regiões do Estado de Rondônia.

Adota-se como baliza inicial o ano de 2003, pois consiste no ano de início das discussões para a fundação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Zona da Mata, e final, até o movimento grevista do ano de 2012, no qual estavam vinculadas as condições de trabalho, questões salariais e garantias de direitos.

Como forma de continuidade sobre o estudo das diversas questões existentes no movimento do sindicato e as contribuições para a compreensão das relações que se constituem para além do âmbito voltado para questões estritamente trabalhistas, a presente proposta também visa discutir, por meio dos

pressupostos do materialismo histórico e dialético as contradições existentes em meio ao movimento dos trabalhadores do setor público dos municípios representados pela entidade sindical, considerando os contrastes, choques de interesses e antagonismos como elementos importantes para a movimentação e transformação do movimento social diante do seu tempo e espaço, que segundo Engels:

(...) as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na ideia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na filosofia, mas na economia da época de que se trata. Quando nasce nos homens a consciência de que as instituições sociais vigentes são irracionais e injustas, de que a razão se converteu em insensatez e a benção em praga, isso não é mais que um indício de que nos métodos de produção e nas formas de distribuição produziram-se silenciosamente transformações com as quais já não concorda a ordem social, talhada segundo o padrão de condições econômicas anteriores. (...) E esses meios não devem ser tirados da cabeça de ninguém, mas a cabeça é que tem que descobri-los nos fatos materiais da produção, tal e qual a realidade os oferece. (ENGELS, 1999, p. 95-96).

Diante disso, busca-se compreender o sindicalismo na região como um movimento mutável, suscetível de mudanças decorridas dos contextos e fases das quais se vive a região, o município, a sociedade, os trabalhadores, enfim, todos/as que direta ou indiretamente, vivenciam as realidades da

sociedade da qual estão inseridos. Segundo Marx:

A história não é senão a sucessão das diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, os capitais, as forças produtivas que lhes são transmitidas pelas gerações precedentes; assim sendo, cada geração, por um lado, continua o modo de atividade que lhe é transmitido, mas em circunstâncias radicalmente transformadas, e, por outro lado, ela modifica as antigas circunstâncias entregando-se a uma atividade radicalmente diferente; chega-se a desnaturar esses fatos pela especulação, fazendo-se da história recente a finalidade da história anterior; é assim, por exemplo, que se atribui a descoberta da América o seguinte objetivo: ajudar a eclodir a Revolução Francesa; dessa maneira, confere-se então à história seus fins particulares e dela se faz uma “pessoa ao lado de outras pessoas” (a saber “consciência de si”, “crítica”, “único”, etc.), enquanto que aquilo que designa pelos termos “determinação”, “finalidade” e “germe”, “ideia” da história passada nada mais é do que uma abstração da história anterior, uma abstração da influência ativa que a história anterior exerce sobre a história atual. (MARX, 1998, p. 46-47).

Outro elemento importante está voltado para a utilização e análise de fontes documentais, atas e ofícios do SINSEZMAT, coletados a partir de digitalização na sede principal da entidade através de projeto de estágio na graduação do curso de História no ano de 2013, que resultou no trabalho monográfico intitulado: *A Origem do Movimento Sindical Brasileiro e um Breve Olhar Sobre o Movimento Sindical dos Servidores Públicos da Zona da Mata Rondoniense*, para obtenção de graduação em

Licenciatura em História no ano de 2014, na Universidade Federal de Rondônia, *campus* de Rolim de Moura.

A utilização da análise dos documentos traz uma contribuição relevante para o trabalho do historiador, pois através do documento, pode-se refletir acerca da memória, tendo como base o ofício do historiador de problematizar e “criticizar” esses documentos, não os tendo como verdade absoluta, mas como consequência de um processo e momento histórico, resultante da ação humana munida de seus interesses, e suscetíveis de análise.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (GOFF, 1924, p. 470).

Além do uso das fontes escritas/documentais, utilizou-se também de fontes orais que foram coletadas a partir da elaboração de questionário pré-definido que propôs levantar questionamentos acerca do perfil dos entrevistados e suas impressões sobre o movimento sindical e o sindicalismo dos servidores públicos municipais da Zona da Mata Rondoniense. O público alvo foi membros e ex-membros da diretoria do

SINSEZMAT, bem como servidores filiados ao sindicato, e todos os dados coletados a partir das fontes orais foram realizados no primeiro semestre do ano de 2017.

O procedimento de coleta se deu de forma semi-dirigida, que “é um meio termo entre a fala única da testemunha e o interrogatório direto”. (MATOS, 2011), não deixando a conversa nem muito presa num questionário preestabelecido, e também não possibilitando que a entrevista fuja do tema proposto.

A professora Júlia Silveira Matos e Adriana Kivanski de Senna, da Universidade Federal do Rio Grande – UFRGS, ao citarem Alberti, 1989, contribuem que:

A história oral pode ser entendida como um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, ...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (ALBERTI, 1989: 52 apud MATOS; SENNA, 2011, p. 97).

A fim de estabelecer um diálogo entre os objetos de pesquisa, dados coletados e discussões teóricas acerca do histórico de lutas do movimento sindical no Brasil, utilizou-se como principal aporte teórico os/as autores/as: BERCILO (2004); CASTRO (1986); CANÊDO (1996); GOHN (2012);

MATTOS (2009); ROSSI; GERAB (2009), dentre outros e outras que contribuem para a discussão acerca dos movimentos sociais, das políticas governamentais ligadas às relações entre os interesses individuais e coletivos em meio ao movimento de trabalhadores e trabalhadoras.

Sendo assim, o presente texto discutirá em sua estrutura inicialmente algumas fases do sindicalismo brasileiro que contribuiram para os movimentos sociais contemporâneos no país, além de adentrar-se na discussão acerca do movimento dos servidores municipais e a representatividade do sindicato localizado na região amazônica supracitada, destacando o movimento de greve, de paralisação e manifestação dos/as servidores/as trabalhadores/as, enquanto principal mecanismo de combate e contemplação das exigências e demandas da base que compõe o funcionalismo público da região, ou seja, trabalhadores/as, além de apontar elementos relacionados às afinidades construídas no âmbito do meio sindical, reconfigurando-se espaço para além de questões que se fecham somente a assuntos trabalhistas.

Breve Contextualização do Sindicalismo no Brasil a Partir de 1930

Historicamente, um dos principais

meios de luta e resistência dos trabalhadores é a greve, sempre quando nos remetemos a algum movimento trabalhista, ou reivindicação, a ideia da greve², ato de manifestar-se paralisando suas atividades laborais, é muito presente dentro do movimento sindical.

No Brasil, no século XIX e início do século XX, temos movimentos grevistas ligados ao contexto social e trabalhista do período, as reivindicações dos trabalhadores iam além de questões estritamente trabalhistas, pois se exigia melhorias e direitos ligados as condições sociais dos trabalhadores, participação e transformação política no país, luta contra o regime oligárquico que controlava o sistema público em prol dos seus interesses, aumentando ainda mais as disparidades sociais, fazendo com que a paralisação das atividades no cotidiano das fábricas surtisse efeitos para além das paredes do espaço fabril, repercutindo também no quadro político, econômico e social do país, Mattos (2009).

Existem vários desígnios para se definir um movimento de greve e que segundo Pedro Castro:

Em sua origem, o termo *greve* serviu para designar tanto o abandono do trabalho como a procura pelos que não o possuíam. Só a partir de 1805 é que tal termo começou a designar a cessação voluntária e coletiva do trabalho. Dois expoentes do pensamento socialista –

Pierre Joseph Proudhon, socialista utópico, e Karl Marx, socialista materialista dialético – utilizaram-no à mesma época, no final da primeira metade do século XIX, como esse último significado. Contudo, em 1863, na França, o termo era usado muito mais para representar o ato de permanência de desempregados na Place de Grève, à procura de trabalho, segundo o costume de muitos grêmios parisienses. Só por extensão representava a união dos operários que se negavam a trabalhar, enquanto não lhes fossem atendidas certas exigências. (CASTRO. 1986, p. 12).

Nesta pesquisa, vale destacar no Brasil, o período dos movimentos trabalhistas após a década de 1930, ou seja, início da chamada Era Vargas, pois a partir de tal contexto pode-se considerar que ocorreu certa reinvenção do trabalhador brasileiro, o direcionamento político econômico do país, contribuiu para tal reconfiguração e trouxe também novas relações entre o Estado, o sindicato e o patrão, utilizando-se principalmente do projeto de legalização e institucionalização dos movimentos e sindicatos de cunho trabalhista.

A relação entre o Estado e a indústria se encontrava cada vez mais próxima. Apesar do discurso varguista no período ser o de defesa dos interesses dos trabalhadores, o que se percebe é que o plano de desenvolvimento econômico do país fortaleceu-se e, além disso, beneficiou diretamente a classe da burguesia industrial:

Se o desenvolvimento industrial não foi o objetivo da prática política de Vargas, entre 1930-1937, isto não significa que o Estado tenha adotado uma linha contrária aos interesses da burguesia industrial. Do ponto de vista político, alguns elementos do setor obtiveram postos de comando de importância variável: os industriais de tecidos Guilherme da Silveira e Jorge Street tornaram-se respectivamente, presidente do Banco do Brasil e diretor da Divisão Industrial do Ministério do Trabalho; no plano econômico, as próprias preocupações pelo equilíbrio financeiro e a necessidade de restringir importações conduziram a incentivos em algumas áreas, especialmente da indústria extrativa e da agro-indústria. (FAUSTO, 1972, p. 49).

Dentre as mais importantes mudanças também vale destacar a proposta do Governo de ser o regulador e protetor da relação entre trabalhadores e empresários. No período, esse foi um dos principais discursos propagados pelo Governo Getulista, que instaurou o que se denomina de legislação social que criou leis previdenciárias, trabalhistas e a legislação sindical:

[...] Cabe observar que a legislação social é composta na realidade por quatro núcleos básicos de leis: a) a legislação previdenciária, que generalizou as primeiras experiências dos anos de 1920 com as caixas de aposentadorias e pensões, mais tarde chamadas de institutos, que, com contribuições do Estado, dos patrões e trabalhadores, iriam garantir um mínimo em termos de seguridade social – aposentadorias, pensões, indenizações e assistência médica; b) as leis trabalhistas propriamente ditas, que regulavam jornadas e condições de trabalho, férias, descansos semanais remunerados, pisos salariais etc; c) a legislação sindical, que instituiu o modelo do sindicato único por categoria e região (monopólio da

representação), a estrutura vertical por categorias (sindicatos locais, federações regionais e confederações de abrangência nacional), e a tutela do Ministério do Trabalho sobre as entidades sindicais, com poder de fiscalização das atividades e de intervenção nas direções; d) as leis que instituía a Justiça do Trabalho, encarregada de arbitrar os conflitos de natureza trabalhista. (MATTOS, 2009, p. 63).

O elo entre as relações do Estado e sindicato se dava através do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC). A partir dele foram criadas a maioria das leis trabalhistas que se reuniram na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943.

Através das propostas governamentais surge um novo modelo de sindicato, controlado e regido pelas leis do Ministério, conhecido como Sindicato Oficial, que tinha como principal objetivo controlar os sindicatos sobre a tutela do Estado:

A necessidade de efetivar a tutela do governo sobre o sindicalismo brasileiro era o que sobressaía nesta exposição de motivos, num esforço de substituir a luta de classes pela cooperação entre classes. Dentro desta concepção, dois consultores jurídicos do Ministério do Trabalho elaboraram o Decreto-Lei nº 19.770, que estabelecia, entre outras coisas, a unicidade sindical e a obrigatoriedade do reconhecimento do sindicato por parte das autoridades públicas. Às associações sindicais atribuía-se o direito de defender, junto ao Governo e ao Ministério do Trabalho, os interesses econômicos, jurídicos, sanitários e culturais de todos os trabalhadores que exercessem “profissões idênticas, similares ou conexas”. E o Departamento Nacional do Trabalho, campo da

organização do trabalho, outorgava-se o direito de fechamento do sindicato, federação ou confederação, a destituição da diretoria ou a dissolução completa da associação. Um golpe contra as organizações sindicais autônomas anteriores, com seus militantes e suas várias ideologias. (CANÊDO, 1996, p. 48).

A relação do primeiro Governo de Vargas com o movimento sindicalista no Brasil, dentre seus quinze anos, se deu, portanto, através da consolidação de leis trabalhistas que traziam em seu discurso o melhoramento para as condições dos trabalhadores, porém, os benefícios constituídos pela regulamentação sindical, voltaram-se para a contribuição do patronato, pois em momentos de combatividade do movimento, inspirado pelas próprias condições dos trabalhadores, o Governo de Getúlio a fim de controlar a ameaça, utilizou-se da força para desmobilizar e desestruturar as organizações, além disso usou dos princípios legalistas para controlar os movimentos sindicais no país, demonstrando contradição ao discurso de pacto ou conciliação dos trabalhadores com o governo getulista

O esforço para o controle das massas trabalhadoras no período conhecido como Era Vargas, denota também um contexto no qual o país caminhava para o incentivo à industrialização, à política de articulação e estímulo para o implemento das indústrias de

diversos setores e localidades no país. Tal condição apresenta a tarefa do Estado em “preparar” o terreno para o investimento. Neste sentido, trabalhadores/as organizados/as, independentes, autônomos/as e revoltados/as com a exploração, se tornariam um empecilho para o projeto de governo getulista.

Além disso, a condição na qual o país se encontrava – que não se difere em grande escala da atual – era a de país periférico, de uma recém instaurada república em busca de investidores e abertura econômica para o mercado externo, mantendo a já conhecida postura de dependentismo econômico sobre o capital e investimentos estrangeiros, atrelado a ideia de progresso advindo da economia industrial. Acerca do exposto, cabe trazer uma conceituação através do pensamento marxista que contribui para a reflexão sobre a condição de países de Terceiro Mundo e as respectivas Metrôpoles modernas do contexto do século XX.

Enquanto nas metrôpoles há uma forma “integrada” de divisão de trabalho, referida à produção de bens de capital e de bens de consumo, a divisão do trabalho é desarticulada no Terceiro Mundo, onde não há desenvolvimento equilibrado dos dois ramos da economia, prevalecendo a dependência face ao mundo desenvolvido em termos de exportações e importações. Numerosas variações da representação das relações entre o Terceiro Mundo e a metrópole distribuem-se entre as posições extremas das “teorias da dependência”, que consideram que os países do Terceiro Mundo estão totalmente nas garras do

imperialismo, e formulações como as de “desenvolvimento dependente” e de “Estado pós-colonial”, que reconhecem uma margem de autonomia às economias e aos Estados do Terceiro Mundo com relação aos países capitalistas adiantados. (BOTTOMORE, Tom (org.). 1988, p. 386).

Portanto, pode-se considerar que os caminhos percorridos pelo movimento sindical trabalhista no Brasil, principalmente a partir da década de 1930, partiram de uma contradição que se dividiu entre as condições objetivas dos/as trabalhadores/as e a necessidade de organização para a defesa e luta por direitos trabalhistas e mobilidade social, bem como da proposta governamental de desenvolvimento do país que buscou modernizar sua economia contemplando a classe burguesa industrial, tornando o Estado, juntamente com seus órgãos controladores, o principal articulador entre trabalhadores e industriais.

O Movimento e a Greve do/no SINSEZMAT

No Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Zona da Mata, a estratégia de combate a partir da greve se faz presente, pois no decorrer dos seus anos de existência, a entidade já passou por vários movimentos de paralisações. Porém, vale ser ressaltado que este não é o único meio de luta/exigência de

direitos dos/as trabalhadores/as representados/as pelo SINSEZMAT. Dentre as ações da entidade, vale destacar principalmente a articulação e negociação com os órgãos competentes e responsáveis pelas leis e condições de trabalho dos/as servidores/as municipais.

Um dos pontos que pode ser atribuído a política de negociação e articulação do sindicato com os órgãos do Executivo e Legislativo municipal, bem como do Judiciário e Ministério Público, estão ligados também a política legalista sobre o movimento dos servidores públicos após a década de 1980, pois:

Em relação às propostas apresentadas pelo novo sindicalismo nos anos de 1980, o projeto de uma mudança na estrutura sindical, em direção à autonomia e liberdade plena de organização, foi frustrado. Como vimos, a Constituição de 1988 garantiu o direito de organização dos funcionários públicos, sacramentou a possibilidade de criação de centrais sindicais e, a conquista mais importante, extinguiu-se o poder de intervenção do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos. No entanto, permaneceram a unicidade sindical, o monopólio da representação, o poder normativo da Justiça do Trabalho e o imposto sindical. Ou seja, mantiveram-se as bases fundamentais da estrutura sindical corporativista. (MATTOS, 2009, p. 132).

Em relação a abertura política ocorrida no país no decorrer da década de 1980, ainda no período do Regime da Ditadura Militar (1964-1985), abertura que pode se considerar

sacramentada com a constituição de 1988, que visou garantir direitos aos trabalhadores tanto do âmbito privado, quanto do público, e de grupos minoritário no país, percebe-se a partir da contribuição de Mattos, que a base histórica do Brasil em relação aos seus momentos de transformações, continuou dentro da ideia da ruptura/continuidade, pois ao mesmo tempo que percebe-se melhorias e avanços na trajetória política, econômica e social do país, temos as permanências, as continuidades que impossibilitam transformações de fato no organograma social do país.

Diante do exposto e a partir do corporativismo sindical, emanado pelo controle do Estado nos movimentos sindicais, o sindicalismo do setor público municipal de Rolim de Moura, e da Zona da Mata Rondoniense, encontra-se atualmente diante do impasse legalista que combate diretamente o ato de luta dos/as trabalhadores/as através da greve.

O movimento de greve é reconhecido pelos/as dirigentes/as e servidores/as do município como o maior meio de luta e combatividade dos/as servidores/as e sindicato, havendo, por outro lado, também o reconhecimento de que o melhor caminho seria por outros meios, pois a greve traz desgastes para os/as servidores/as e para a comunidade que necessita dos serviços

prestados pelo funcionalismo público.

Acerca da questão da legalidade da greve no movimento, e partindo-se da ideia de autonomia do município em legislar sobre as questões trabalhistas dos servidores municipais, respeitando a legislação nacional, atualmente a política de combate a greve principalmente para os/as servidores/as municipais de Rolim de Moura, se encontra em momento delicado, pois segundo relatos da servidora da categoria da educação, remetendo-se ao último movimento de greve dos/as servidores/as do município:

Foi feito uma greve nacional e o prefeito tirou três dias nossos, e não devolveu, e o sindicato não conseguiu restituir isso, então agora nós perdemos um pouquinho da credibilidade no sindicato, porque umas situações o sindicato não conseguiu reverter a situação, e essa agora nós estamos nessa situação, obedece ao sindicato ou... (SERVIDORA EDUCAÇÃO, 2017).

A adesão ao movimento de paralisação nacional pelos/as servidores/as do município de Rolim de Moura foi colocada como ilegal, e tendo como resposta o executivo municipal descontou do pagamento dos/as trabalhadores/as municipais, os três dias de suspensão das atividades, a campanha de legalidade emaranhada pelo município, contribui para a instabilidade do movimento sindical na região, pois os/as servidores/as esbarram-se no receio de participar e terem prejuízos financeiros com a mobilização,

contribuindo também para a descrença no sindicato enquanto representante dos/as servidores/as, pois este permanece na base corporativista implementada pelo Estado, tornando-se parte integrante desta estrutura. Segundo o presidente do sindicato:

(...) pela nova lei de greve a única greve que não pode ser descontada do pagamento é a greve ligada a atraso de pagamento, e o que aconteceu? Nós fizemos aquela greve geral e os caras meteram a ripa em nós, eu estava afastado na época, mas fez três dias de falta, aí então assim, eu vejo uma grande dificuldade de organização porque o judiciário tem puxado também as questões, desce muita daqui, paulada dali, é complicado, pra você ver, o coitado do sindicato de Pimenta Bueno, Cacoal, quando você fala de greve é 100 mil de multa por dia, então e daí? Né, então a gente tem, tem uma greve que tem acontecido, inclusive com esse prefeito mesmo, fizemos três greves já com ele, manifestações a gente tem feito, as assembleias, as ações judiciais têm desenrolado aí... (PRESIDENTE, 2017).

Para o ex-presidente do sindicato, a greve deve ser o limite, antes dela a entidade tem o dever de buscar alternativas e negociações com os poderes para evitá-la, pois seu desgaste e principalmente a possível perda de controle por parte da direção do sindicato, pode se tornar um problema posterior:

Na verdade eu tive uma experiência com a greve com quarenta dias de mandado estourou uma greve em Rolim de Moura, aí o prefeito estava irredutível né, nós ficamos, eu acho que mais de quarenta, eu acho que cinquenta dias de greve, e o prefeito irredutível, na questão de falar que não tinha condição de repor os

salários dos servidores e a gente né, com toda a estrutura financeira do município na mão, e a greve, ela tem que ser muito bem trabalhada, anterior, no momento, e posteriormente, porque ela deixa sequelas (...) No caso a gente trabalhou junto com a câmara de vereadores, junto com pessoas ligadas diretamente ao prefeito para que ela não ocorresse e chegou a um ponto em que ocorreu a greve, nesse momento é a hora mais difícil e mais complicada de você trabalhar ela, porque ela a qualquer momento pode sair do controle da diretoria sindicato, seja ela, seja ele o sindicato que for, a pessoa vai se enraivecendo, vai perdendo a sua visão de que a discussão é a única saída, e tenta discutir e a coisa não avança, e as pessoas perdem a paciência e pode começar a sair do controle, então a pessoa que tá à frente de um movimento grevista, ela tem que ter o máximo de cuidado, e, no nosso caso, desde o início a gente tomou essa precaução de cuidar para que ela não saísse do controle né, chegou a um ponto de, do prefeito ameaçar cortar salários nossos, e aí? O que a gente faria? (EX-PRESIDENTE, 2017).

Além dos riscos e desgastes elencados pelo servidor, existem também os problemas relacionados ao que ele considera ao momento pós greve, pois ao término do movimento, impera-se a estratégia de “guilhotinar” as cabeças que estavam a frente do ato, com perseguições nos ambientes de trabalho dos/as servidores/as, continuidade dos conflitos e indiferenças entre trabalhadores/as, Legislativo, Executivo e o sindicato.

E pós greve, é uma questão de que ficam aquelas mágoas da parte do executivo, ou seja lá da parte que foi é, quem foi encurralado, fica aquela mágoa e fica

difícil novas negociações, e da parte dos servidores saem muitas palavras duras pra cima da administração, da parte da administração sai a questão das perseguições nos locais de trabalho, o pós greve é um trabalho que tem que ser feito com muito cuidado, com paciência, ouvir todos os dois lados, tentar aí juntar todos os cacos, porque a greve é quando você quebra o pau, palavra quebrar pau é exatamente isso, é você quebrar o que você está montando, e depois você tem que juntar os cacos, e reformular, e refazer, falar com as pessoas que não é assim, que você não pode guardar mágoa, que no ano que vem é uma nova negociação e se você for juntar toda essa mágoa e acumular pro próximo ano, vai acabar que essa greve vai sair do controle com certeza, então greve ela é um dos últimos passos que você tem que tomar numa negociação, eu acho que ela é mesmo o limite máximo que o ser humano tem chegar, porque aí é quando um dos lados não cede, quando um dos lados não cede, culmina nela mesmo. (EX-PRESIDENTE, 2017).

Mesmo tendo a greve como um movimento que traz desgastes para todos os envolvidos, como salientado anteriormente, este movimento esteve presente no SINSEZMAT em vários momentos, pois o trâmite de negociações e interlocuções entre o sindicato, executivo e legislativo do município nem sempre atendeu as exigências dos/as trabalhadores/as.

Segundo o atual presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Zona da Mata, a greve não deveria ser o caminho ideal, porém o mesmo a considera como o meio mais eficaz para a luta dos/as servidores/as.

Eu defendo que ela não deveria ser, mas ela ainda é, por que precisa entrar numa greve pra reposição salarial? Precisa ter uma greve para garantir um direito? Precisa haver uma greve para garantir o direito de planejamento que está na lei? Não há necessidade, há... o servidor público gosta muito de greve... não, é os patrões que endurecem, negociações, negociações, por exemplo, a CLT a partir do momento que há o apoio do coletivo, esse direito é lei, e aqui no serviço público tem um monte de lei, mas o patrão é majoritário, tudo por interesse social, por interesse geral, e o servidor... (PRESIDENTE, 2017).

Em relação a greve como forma de luta e defesa dos direitos trabalhistas, Castro afirma que além dos problemas elencados anteriormente:

(...) a greve não é a única forma de luta de que os trabalhadores dispõem e lançam mão como mecanismo de pressão contra os patrões. Não há dúvida, porém, de que entre as inúmeras formas de luta existentes, a greve é a mais extrema, complexa e avançada, enquanto situada no desenrolar do cotidiano das relações antagônicas entre capital e trabalho. Isso porque na sua essência e que se confrontam mais contundentemente as duas possibilidades de apropriação do trabalho: pelos capitalistas, ou pelo Estado capitalista, e pelos próprios trabalhadores. (CASTRO, 1986, p. 17).

A partir da análise dos documentos utilizados como fontes para a discussão, tanto oficiais, quanto extraoficiais, atas do sindicato, entrevistas com servidores/as e membros da diretoria, arquivos de imagens na sede do sindicato, matérias em sites, cartazes de manifestações dos movimentos de greve do sindicato e imagens em blogs, sites e

jornais de circulação digital, tem-se como objetivo discutir fatores relacionados aos movimentos grevistas do SINSEZMAT na sua prática, trazendo as motivações e desencadeamentos das greves.

Destaca-se primeiramente a mobilização de greve entre os anos de 2008 e 2009, que seguidos os trâmites legais previstos pela instituição, o movimento demonstrou-se como inevitável.

A fim de resolver os problemas enfrentados pelos/as servidores/as, a diretoria do sindicato exigiu soluções através de reuniões com os representantes do município, que infelizmente não eram atendidas.

A indignação dos/as trabalhadores/as se tornava cada vez maior, pois pouco do que havia sido formulado na pauta de reivindicações do ano de 2008 foi solucionado pela administração. No mês de dezembro do corrente ano, servidores/as da saúde e educação realizaram uma manifestação em frente à prefeitura municipal de Rolim de Moura, demonstrando seu descontentamento:

Aos 10 dias do mês de dezembro de 2008 reuniu-se os servidores da saúde e educação, (pessoal de apoio) em frente ao (um) digo paço municipal para assim se manifestar sobre o não pagamento dos plantões extras do Hospital Municipal João Amélio da Silva e das escolas polos Francisca Duran Costa e Silva e Escola José Veríssimo, na qual ainda não foram percebidos referentes aos meses de outubro e novembro, que seriam pagos

até o dia dez de dezembro. (SINSEZMAT, ATA SEM Nº, 2008, p. 37-38).

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Zona da Mata objetivando construir a pauta de reivindicações do ano de 2009, realizou várias reuniões discutindo com os/as servidores/as de cada categoria suas principais cobranças para o ano subsequente.

As principais reivindicações dos/as trabalhadores/as podem ser percebidas através da reunião realizada já no ano de 2009, que objetivava organizar e discutir uma audiência que seria realizada com o então prefeito. Dentre as quais estavam:

Equiparação do auxílio alimentação no teto R\$ 211,00, reajuste linear, auxílio saúde, pagamento direito de férias no mês anterior a mesma, cumprimento do plano de carreira, elevação de nível, incentivo a escolarização, progressão horizontal, alinhamento dos vencimentos básicos igual ou maior que o salário mínimo vigente, fazer uma emenda no artigo 77 do estatuto do Rolim – Previ, revisão do plano de carreira da administração geral e educação, gratificação de incentivo ao magistério para professores lotados em sala de aula, unificação do PCCS da educação, licença prêmio, pagamento dos plantões e horas extras. (SINSEZMAT, ATA 0002/2009, p. 40).

Portanto, a direção do SINSEZMAT buscou nos meses subsequentes através de reuniões tanto com o executivo do município de Rolim de Moura quanto com o legislativo, discutir a pauta de reivindicações dos/as servidores/as da cidade, e como resultado, após alguns encontros constatou-se que a

maioria das solicitações não estavam sendo cumpridas, foi decidido, portanto, realizar uma assembleia geral com os/as servidores/as sobre a respectiva pauta.

Na assembleia discutiu-se o descumprimento das propostas dos/as servidores/as pelo executivo municipal, pois foram feitas algumas sugestões que não condiziam com a solicitação dos/as trabalhadores/as e nem mesmo com os prazos estabelecidos. A decisão dos/as servidores/as reunidos/as em assembleia no anfiteatro do município de Rolim de Moura foi a de se realizar novamente uma reunião com o prefeito e reiterar as solicitações contidas na pauta.

Uma nova reunião foi realizada com o executivo do município e novamente as propostas foram tidas como insatisfatórias pela direção do sindicato. No dia 18/05/2009, os/as servidores/as novamente reuniram-se em assembleia geral para discutir a resposta do executivo quanto à pauta de reivindicações e em regime de votação, decidiram deflagrar greve:

[...] o executivo não fez nenhuma contra proposta no que se refere ao ajuste linear, equiparação do auxílio alimentação não (hove) houve proposta (os) a licença prêmio, ajuste de décimo terceiro e férias será feito um levantamento pela coordenadoria de RH. mediante (a não) a resposta do executivo foi feito duas propostas por parte dos servidores uma sendo fazer uma manifestação de um dia a outra proposta é parar por tempo indeterminado, as propostas foram colocadas em votação sendo que a

segunda proposta foi a vencedora, diante disso foi escolhida uma comissão para fazer parte das negociações sendo que esta comissão será formada por um representante de cada secretaria [...]. (SINSEZMAT, ATA 0010/09, 2009, p. 44-45).

Como se pode perceber, o processo de constituição do movimento de greve dos servidores foi longo, pois se inicia a partir de descontentamentos desde o ano de 2008, sendo deliberado somente em maio de 2009. Segundo Pedro Castro, os principais motivos para os trabalhadores optarem pela greve são:

Interesses, aspirações, desejos não-alcançados, crenças e ideologias são, entre muitos, motivos possíveis de paralisação coletiva do trabalho na forma de greve. Além disso, interrupções ou cerceamentos de direitos, garantias, vantagens ou conquistas já obtidas podem também levar à greve. Alguns motivos de natureza mais simples, como a demissão de um companheiro ou o exercício opressivo de uma chefia. (CASTRO, 1986, p. 22).

Conforme exposto por Castro, o movimento de greve constitui-se por meio de motivações estritamente ligadas aos interesses de parte de um grupo, que luta pela conquista ou defesa de direito, contrapondo-se ao não atendimento dessas demandas por parte do grupo que deveria criar ou garantir tais direitos. Além disso, vale destacar um dos conceitos utilizados por Castro, ligado a questão ideológica do movimento grevista, que compõe principalmente o interesse coletivo do movimento. Althusser realizou

várias discussões acerca das interpretações sobre a ideologia, a fim de contribuir para tal perspectiva, cabe apresentar parte de sua análise:

Cada massa que fica pelo caminho está praticamente recheada da ideologia que convém ao papel que ela deve desempenhar na sociedade de classes: papel de explorado (com consciência profissional, moral, cívica, nacional e apolítica altamente desenvolvida); papel de agente da exploração (saber mandar e falar aos operários: as relações humanas), de agentes da repressão (saber mandar e ser obedecido sem discussão ou saber manejar a demagogia da retórica dos dirigentes políticos), ou profissionais da ideologia (que saibam tratar as consciências com o respeito, isto é, com o desprezo, a chantagem, a demagogia que convém, acomodados às subtilezas da Moral, da Virtude, da Transcendência, da Nação, do papel da França no mundo, etc.). (ALTHUSSER, 1997, p. 65-66).

O movimento de greve do ano de 2009 ocorreu entre os meses de maio e junho, 18/05/2009 a 29/06/2009, no decorrer desses mais de 30 dias de mobilização ocorreram inúmeras articulações entre o movimento de greve, o sindicato e membros representantes do poder público municipal, nas quais contaram com a presença de vereadores, representantes do executivo, representantes de partidos políticos até que por fim se chegasse a um acordo no qual atendesse as exigências dos/as servidores/as e do comando de greve.

Percebeu-se no decorrer do movimento grevista, que ocorreram momentos de ameaças e possíveis tentativas

de desestabilização da greve, apontando uma possível ilegalidade e a possibilidade de descontos dos vencimentos dos/ servidores/as grevistas, tais discussões eram realizadas em assembleias gerais, e sempre se buscava por parte da diretoria do sindicato e da comissão de greve, fundamentar-se nas leis que garantiam aos/as servidores/as a paralisação.

O processo de discussões a fim de uma conciliação entre os/as trabalhadores/as grevistas e o executivo municipal, se deu em diversas propostas, e que se chegou a um consenso no final de mês de junho, com algumas reivindicações atendidas de maneira imediata e outras resolvidas através do compromisso do executivo em cumpri-las em meses posteriores.

Aos vinte e nove dias do mês de junho de 2009 as 12:10 reuniram-se em assembleia geral os servidores públicos do município de Rolim de Moura para passar a nova proposta do executivo municipal que vem através do ofício nº 392/GAB/2009 com as seguintes propostas: 1ª percentual de 5% retroativo a junho de 2009 a 2ª 4% em julho e 2% em agosto e em setembro as partes voltam a discutir sobre um novo reajuste. Quanto a questão do plantões e horas extras já está na folha de pagamento de junho, o auxílio saúde será discutido com representantes do sindicato e auxílio alimentação será no valor de 163,86% em janeiro de 2010, e as faltas referentes a paralisação serão abonadas. O presidente disse que houve avanço nas negociações e que o executivo deixou abertura para voltar as negociações em agosto de 2009 e a direção do sindicato juntamente com a comissão de greve, vai participar da LDO e que o reajuste já ficaria garantido para o próximo ano. Em

tempo as parcelas das horas extras e plantões em junho virá as duas parcelas agora. O auxílio alimentação já vai um projeto de lei para o legislativo juntamente com a proposta de auxílio saúde e o reajuste o valor mínimo do auxílio alimentação é de R\$ 163,86 a partir de janeiro, as duas propostas de reajuste foram colocadas em votação, sendo que a segunda proposta foi vencedora com a unanimidade dos votos. A assembleia decidiu que o valor mínimo do auxílio saúde seja de R\$ 75,00. Em setembro de 2009 a direção do SINSEZMAT e a comissão de greve voltará as negociações com o executivo para um novo reajuste. (SINSEZMAT, ATA 0011, 2009, p. 3-4).

Um dos fatores que podem ser destacados acerca deste movimento, e outros que ocorreram no decorrer dos anos de ações do SINSEZMAT, está justamente ligado ao processo de burocratização e o corporativismo regado de promessas de soluções em relação a problemas imediatos e que são agendados ou negociados em forma de parcelas, como a demonstração a partir do trecho da ata acima que adia as questões ligadas às exigências dos/as servidores/as no mês de junho, para uma posterior negociação em setembro de 2009. Indo na contramão das exigências dos/as servidores/as pelo fim de promessas.

O problema da burocracia teve, desde o início, um papel relativamente importante no pensamento marxista. Marx construiu a sua teoria da burocracia a partir de sua experiência pessoal com o mau funcionamento da administração estatal na época da fome no distrito do Mosela (...) Marx deduz a noção de burocracia da relação burocrática existente entre as instituições detentoras

do poder e os grupos sociais a elas subordinados, que define como uma relação social essencial que domina os próprios responsáveis pelas decisões. Assim, de acordo com Marx, a administração de Estado burocrática, mesmo que atue com a melhor das intenções, a mais profunda humanidade e a maior inteligência, não pode cumprir a sua tarefa prática, e sempre reproduz o fenômeno que, na vida cotidiana, é chamado de burocratismo. Os aparelhos burocráticos atuam de acordo com os seus próprios interesses particulares, que apresentam como interesses públicos ou gerais, impondo-se dessa forma à sociedade: “A burocracia tem em suas mãos a essência do Estado, a vida espiritual da sociedade, como sua *propriedade privada*. O espírito universal da burocracia é o *segredo*, o mistério, que ela assegura internamente pela hierarquia e contra grupos externos pelo seu caráter de corporação fechada.” (BOTTOMORE, Tom (org.). 1988, p. 73).

Geralmente são os/as trabalhadores/as que mais sofrem com tais acordos, pois lutam, se manifestam, paralisam suas atividades, acabam taxados pela sociedade como “desocupados”, e no final das contas seus problemas são apenas adiados, este é um dos fatores que contribuem para que o movimento sindical passe pela dita crise atual, a confiança dos/as trabalhadores/as vai diminuindo a cada processo de luta por direitos. Ao mesmo tempo que tem-se a desestabilização por parte do meio sindical, considera-se que a mobilização, mesmo que às vezes frustrada, leva a formação de ideias e apoios em comum, formando a unicidade do movimento e contribuindo para a formação da consciência de classe dos/as servidores/as, pois é no bojo

das contradições que os movimentos sociais se estruturam: “O processo de formação da consciência de classe coincide com a ascensão de uma organização de classe abrangente. Esses dois aspectos apoiam-se mutuamente”. (BOTTOMORE, 1988). Além disso, o movimento sempre contribui para as relações entre os servidores, a formação do pensamento coletivo, as sociabilidades, mobilizações, enfim, uma série de elementos que tornam a greve, o sindicalismo, algo que está muito além de questões estritamente trabalhistas, contribuindo para a formulação de bases que constituem características da cultura do movimento social por meio do sindicato.

Os problemas existentes na greve de 2009 perduram no funcionalismo público de Rolim de Moura até os dias atuais, questões ligadas a reajuste salarial, condições de trabalho, auxílios, benefícios, convênios, pagamentos de horas extras, atrasos salariais, e tantos outros, fazem parte do cotidiano dos/as servidores/as que a cada dia se deparam com políticas de retrocesso nos seus direitos, exercidas pelo executivo municipal, fruto de uma política do Estado brasileiro em culpabilizar as crises econômicas e políticas no país às “regalias” que os/as trabalhadores/as têm usufruído nos últimos anos.

Essa é a política do patronato, é o esforço bem-sucedido que tem sido desempenhado para enfraquecer os movimentos trabalhistas, tirar-lhes direitos e exercer a política de retrocesso, como a proposta de terceirização, criando uma estrutura no mundo de trabalho que seja submissa, mal remunerada/reconhecida e sem poder de combatividade. Ao fazer um comparativo da pauta de reivindicação do ano de 2009 e as demandas destacadas pelo presidente do sindicato, pode-se perceber algumas continuidades:

Reposição salarial é a primeira coisa, o servidor público vem perdendo o poder de compra dele, há mais de cinco anos que vem tendo essa depreciação na sua renda mensal, não vem tendo as reposições da qual garante o artigo 37 da constituição, há em contrapartida disso que os municípios também não pagam corretamente os direitos em seus planos de carreira, Rolim de Moura além disso tem a questão da data-base, uma ação que está tramitando desde novembro e até agora nada, aí teve o ataque agora com os professores, teve o ataque com a previdência, então a demanda é além de garantir os direitos que já estão, é lutar pra não perder o que já tem. Hoje nós estamos fazendo uma reforma no plano de carreira aqui em Rolim de Moura, e a nossa propositura como sindicato é postergar, empurrar, essa reforma, porque se essa reforma acontecer hoje, o sindicato e os servidores não terão lucro, só tem prejuízo, porque a intenção do gestor, é colocar a culpa na crise pra tesourar. (PRESIDENTE, 2017).

A estratégia do executivo municipal está aliada a questão da legalidade dos movimentos de greve, pois se utilizou da

legislação para classificar e identificar a greve ilegal, punindo diretamente os/as servidores/as com descontos salariais e atribuição de falta no trabalho. Gramsci ao discorrer sobre os limites e interesses acerca da legalidade, traz uma excelente contribuição para se refletir a esse respeito, a legalidade em exercício do interesse:

Até onde afirma a legalidade os seus limites? Quando é que estes deixaram de ser respeitados? É decerto difícil fixar qualquer limite, dado o caráter muito elástico que assume o conceito de legalidade. Para cada governo, tudo que se manifesta no campo de ação contra ele ultrapassa os limites da legalidade. E, todavia, pode dizer-se que a legalidade é determinada pelos interesses da classe que detém o poder em qualquer sociedade. Na sociedade capitalista, a legalidade é representada pela classe burguesa. Quando uma ação tende a ferir de qualquer modo, a propriedade privada e os rendimentos que dela derivam, aquela ação torna-se súbito ilegal. Isto acontece em substância. Na forma, a legalidade apresenta-se diversamente. Concedendo a burguesia, ao conquistar o poder, igual direito de voto ao patrão e ao seu assalariado, aparentemente a legalidade foi assumindo o aspecto de um conjunto de normas livremente reconhecidas por todas as partes de um agregado social. Houve então alguém que trocou a substância pela forma e deu, portanto, vida a ideologia liberal-democrática. (GRAMSCI, 2004, p. 359).

Além disso, o Executivo municipal se utiliza também da estrutura de divisão dos/as servidores/as em categorias, para criar uma fragmentação no movimento sindical dos/as trabalhadores/as, pois tem alternado os atrasos

de pagamentos entre as duas principais categorias no sentido de combatividade na prefeitura, a saúde e a educação.

(...) e é isso que vem acontecendo aqui desde que esse homem se elegeu né. Hoje eu pago a saúde, deixo a educação, quando a educação levanta eu pago a educação e esqueço a obras. E fazendo esse... e não é falta de recursos que nós temos no município, é simplesmente questão de prejudicar realmente aquele que de fato é o trabalhador hoje. (PRESIDENTE, 2017).

Tal estratégia do executivo municipal também foi destacada pela servidora da educação, segundo a mesma, isso tem contribuído para o enfraquecimento do movimento sindical na região, que além dos problemas relacionados à representatividade, à questão político partidária, a própria estratégia de pagar as categorias em momentos distintos, serve como um empecilho para os/as servidores/as, que têm enfrentado diversos problemas e não conseguem ver alternativas para solucioná-los, pois se fazem uma paralisação levam falta, se fazem greve, agem na ilegalidade, se dependem somente do sindicato, sentem com sua ausência ou choque de interesses, se partem para o coletivo, o mesmo se encontra fragmentado.

O salário cai, mas o que ele faz? Ele paga só dos professores da educação, e não paga saúde e as outras repartições, e aí o que acontece, ele dividiu os funcionários públicos para que não houvesse greve. Então ele pagando a

educação que é a que mais vai em cima, então ele pagando a educação os outros perderam a força, e esses outros estão sofrendo atrasos de quinze, vinte dias até meses, quando a gente está recebendo o outro salário, aí é que eles vão receber, tá assim, essa situação está durando muito tempo, que nem, parece que a saúde recebeu dia 20 (vinte), era pra eles receberem até o quinto dia útil, e isso está acontecendo, e eles estão perdendo a força, agora nesse sentido que eu acreditaria que o sindicato poderia intervir mesmo, porque a educação não pode fazer greve se recebeu, como que a gente vai fazer greve? Eles não receberam, eles podem fazer greve, a gente recebeu, como que a gente vai fazer? Não pode. (SERVIDORA EDUCAÇÃO, 2017).

As divisões presentes entre os servidores do sindicalismo da Zona da Mata, portanto, faz-se, além disso, sustentada por estratégias da prefeitura para que a fragmentação permaneça e se acentue, tornando a ação do sindicato enquanto representante deste coletivo, ainda mais complicada.

Em relação às demandas dos servidores e problemas nos quais são relacionados ao sindicato, e suas complexidades, pode-se destacar um fato ocorrido no ano de 2012, ligado a um servidor motorista, que se tornou um problema para a entidade, pois o executivo municipal no período não se responsabilizou e deixou que o próprio servidor lidasse com um episódio ocorrido durante o seu trabalho, na prestação de serviços para a prefeitura:

Aos dezessete dias do mês de outubro de dois e doze, reuniu-se no gabinete do SINSEZMAT, representante deste sindicato para ouvir o servidor _____, ele diz que no dia 06 (seis) de setembro de 2011, foi solicitado como motorista para transportar a fanfarra, que parou na determinada esquina e que não viu nada, então prosseguiu, no entanto, sentiu algo estranho, no movimento do ônibus, julgou ser um pneu estourado e parou, quando ele foi ver tinha um homem debaixo do ônibus, ele tentou entender o que aconteceu mas sabe que não foi uma batida, porém ele deu toda assistência, pagou hospital particular e que agora com um ano depois a vítima entrou com um processo de indenização e a prefeitura não quer ajuda-lo em nada, diz que o problema é dele e por isso ele procurou o sindicato, _____ explica a ele que vamos passar para a direção pra resolver o mais breve possível, sem mais para o momento, esta ata segue assinada por mim e demais presentes. _____ em tempo, a prefeitura jamais o ajudou, sempre deram as costas. (SINSEZMAT, ATA SEM N°, 2012).

Diante do fato, pode-se ter uma dimensão das demandas do sindicato, do papel deste para os/as servidores/as, pois se torna um refúgio quando o executivo não cumpre com suas obrigações e os possíveis problemas que podem surgir cotidianamente em uma prefeitura que emprega 1.563 servidores e age sem compromisso para com os mesmos.

É a partir destes problemas e dos descasos que existem tanto no ambiente de trabalho, quanto nas questões ligadas às leis que regimentam os planos de carreiras dos/as servidores/as, ligados as questões econômicas, que se pode compreender a necessidade e busca da representação sindical.

Retomando o assunto referente às greves do município de Rolim de Moura, cabe destacar que nos anos posteriores a 2009, ocorreram outros

movimentos de greve no município “2010, 2012, 2013 foram três dias com o César, na época do Tião nós tivemos 45 dias de greve, nós tivemos 80 dias de greve”. (PRESIDENTE, 2017).

Dentre tais movimentos, dar-se-á um breve destaque ao movimento grevista do ano de 2012, que ocorreu entre os dias 04 a 17 do mês de dezembro do respectivo ano, os principais pontos para o movimento grevista estavam ligados a atrasos de pagamentos dos/as servidores/as, suspensão do auxílio alimentação e outras gratificações feitas por um decreto emitido pelo executivo municipal. As discussões para a possível greve tiveram início no dia 28/11/2012 em assembleia geral a fim de discutir os encaminhamentos após a publicação do decreto.

O passo inicial do sindicato foi mobilizar-se com a justiça através de um mandado de segurança para suspender o decreto baixado pelo prefeito, na mesma assembleia, servidores/as expuseram sua revolta diante da medida do executivo, pois a caracterizaram como desrespeitosa, principalmente por prejudicar somente os/as servidores/as do quadro efetivo, enquanto os/as servidores/as portariados não sentiriam com as medidas tomadas pela prefeitura.

(...) _____ pergunta a assembleia se aguardamos a decisão, se for favorável a administração, e entrar em greve? Ou se entra em greve imediatamente, ou uma paralisação também imediata. A maioria decide por esperar o prazo legal, então a partir de segunda-feira três de dezembro de dois mil e doze, caso a decisão da justiça não seja favorável será decretado greve, mas de qualquer forma, haverá assembleia na segunda em resposta aos servidores. (SINSEZMAT, ATA, 12/2012, p. 43).

encerrada a greve. (SINSEZMAT, ATA 22/2012, p. 49-50).

No dia 04 de dezembro de 2012 após a resposta do judiciário na não suspensão do decreto da administração municipal, deliberou-se em assembleia para a greve.

O executivo novamente utilizou-se da legalidade e não se manifestou até a decisão ser tomada pela justiça, na qual tentou em alguns momentos deslegitimar o movimento dos/as trabalhadores/as municipais.

Servidores/as ocuparam o prédio da prefeitura municipal durante os horários de expediente, foram discutidos os plantões dos/as servidores/as para cumprirem o atendimento de 30% dos serviços determinados pela justiça, até que no dia 17 de dezembro de 2012, houve certa abertura por parte do Judiciário em suspender o decreto baixado pelo Executivo e a proposta da administração em abonar os dias de paralisação dos/as trabalhadores/as e pagamento do décimo terceiro salário e do salário ainda no mês de dezembro.

(...) fala sobre as ações na justiça, onde as duas ações foi no sentido de suspender o decreto, quanto a escala de greve do hospital, ele diz que há uma preocupação, pois tem servidores furando a greve e prejudicando assim o movimento grevista. Diz que a ação só beneficiará quem for filiado. Diante da proposta do executivo de aceitá-la, sendo ela o abono dos dias parados, pagamento integral do décimo e pagamento dentro do mês de dezembro conforme o decreto, assembleia aceita a proposta e assim é

Pesquisou-se matérias locais publicadas por um site de grande circulação regional e compartilhada pelo blog Chico Melo³, das quais apresentaram o término da greve com destaque para a palavra “acabou”, sinalizando certo alívio ao comunicar a população rolimourense sobre o término do movimento.

Vale destacar que apesar da demonstração por parte da notícia de uma possível vitória dos/as servidores/as, o que se conquista de fato não são avanços em suas condições trabalhistas ou econômicas, e sim a manutenção dos direitos que já lhes eram garantidos e que foram suspensos e ameaçados por um período.

O próprio material jornalístico deixa bem clara a questão de que o executivo municipal se compromete em garantir o pagamento do 13º salário e abono de faltas durante o período de greve. Tal demonstração condiz com a maioria dos anseios do serviço público municipal da região, principalmente do município de Rolim de Moura e dos/as servidores/as que participaram desta pesquisa e suas respectivas secretarias de lotação, pois muito se criticou sobre os desencadeamentos dos movimentos grevistas no município nos últimos anos.

Ainda sobre a greve e o movimento sindical no SINSEZMAT, vale destacar os inúmeros sujeitos que participam ativamente da manifestação, pois apesar da divisão dos/as trabalhadores/as em categorias e secretarias distintas, percebeu-se que a mobilização partiu de várias categorias, desde de profissionais da secretaria de saúde e educação até a secretaria de obras, por exemplo.

Tal fator exprime certa singularidade no sentido de que quando há a mobilização existe também a participação de sujeitos de diversas condições sociais, mais uma vez ressignificando o espaço do sindicato e do movimento sindical no sentido de coloca-los também como espaço de trocas de saberes, conhecimentos, experiências e principalmente, espaços que abrem a possibilidade para a formulação de uma consciência de classe entre os/as trabalhadores/as, consciência que contribuiu para o fortalecimento da cultura e militância trabalhista na região.

Destaca-se ainda como um dos principais perfis nos movimentos de greve do sindicato, a figura feminina, pois as mulheres desenvolvem participação demasiada nos movimentos e mobilizações, não compondo o perfil historicamente imposto à figura feminina na sociedade tradicional, ou seja, as mulheres desenvolvem papel de extrema

importância e participação no movimento sindical dos servidores públicos municipais da região da Zona da Mata rondoniense.

Ao analisar os registros fotográficos das greves, manifestações, assembleias e outros movimentos que envolvem o sindicalismo, a figura da mulher está sempre presente.

Além disso, não só presente, mas em vários momentos, de maneira majoritária. Acerca das mulheres nos movimentos de lutas por direitos, considera-se que este papel tornou-se cada vez mais forte no decorrer do século XX, pois desde o início desses anos houve o processo de afirmação e defesa dos direitos feministas, e fim do preconceito e discriminação de gênero, movimento que repercutiu o mundo e teve grande expressão no decorrer das décadas de 1960, 1970 e 1980.

Até a década de 1970, muito se discutiu acerca da passividade das mulheres, frente a sua opressão, ou de sua reação apenas como resposta às restrições de uma sociedade patriarcal. Tal visão empobrecedora obscurece seu protagonismo como sujeitos políticos ativos e participantes na mudança social e em sua própria mudança, assim como suas alianças e, inclusive, participação na manutenção da ordem patriarcal. Por outro lado, em oposição à história "miserabilista" (Perrot, 1987) — na qual se sucederam "mulheres espancadas, enganadas, humilhadas, violentadas, subremuneradas, abandonadas, loucas e enfermas..." — emergiu a mulher rebelde. Viva e ativa, sempre tramando, imaginando mil astúcias para burlar as proibições, a fim de atingir seus propósitos. Algumas abordagens das mulheres dos segmentos populares

realizadas por Michelle Perrot (1988) e Natalie Zemon Davis (1990), de certa forma, se enquadram neste perfil. (SOIHET, 1997, p. 100).

É figurando o perfil de mulher rebelde que luta na defesa por seus direitos, que se pode conciliar a forte presença das mulheres no meio sindical, não compondo, e principalmente, desconstruindo a ideia de que o gênero feminino deve sempre exercer o papel no âmbito privado e o masculino no público. A exemplo do papel das mulheres no sindicalismo da região, cabe destacar que atualmente a vice direção do SINSEZMAT é exercida por uma mulher, que por ter um grande histórico de participação e luta no movimento foi eleita para compor a estrutura de gestão e administração do sindicato.

A condição do movimento sindical dos/as servidores/as públicos municipais da Zona da Mata Rondoniense atualmente não se difere em grande escala do que fora exposto e discutido dentre os anos de 2003 e 2012, pois existem diversas continuidades principalmente em relação aos anseios e lutas dos/as trabalhadores/as das várias categorias e secretarias pela manutenção e conquista de direitos.

A exemplo disso, cabe destacar que conforme exposto nos trechos anteriores, servidores/as vivenciam a política de retrocesso exercida pelo executivo municipal de Rolim de Moura, sendo até mesmo

culpabilizados/as pelas crises financeiras que a cidade vem enfrentado. Lutando, portanto, muito mais para manter aquilo que já lhes é garantido do que avançando em inovações dentro de seus cotidianos de trabalho, seja na defesa de melhorias nas condições dos espaços onde exercem suas funções laborais, ou por questões estritamente econômicas.

O contexto de desestabilização e crise no meio sindical no âmbito nacional, certamente se exprime no SINSEZMAT. A falta de confiança por parte de servidores/as, as dificuldades que a entidade enfrenta para discutir e negociar com os poderes no município, a burocratização, o corporativismo sindical, a marginalização do sindicalismo, a legalização e controle do Estado nos movimentos sociais, as falsas promessas, o não apoio da sociedade geral nas mobilizações, o individualismo entre os próprios/as servidores/as (colaborado por estratégias do executivo municipal), os choques de interesses, os/as atrelamentos/manipulações políticos/as, a desestabilização econômica, o assistencialismo, a perda de foco, dentre inúmeros outros elementos que fazem parte da atual condição do movimento na região.

Sob tal perspectiva, pode-se considerar, portanto, que a luta dos/as trabalhadores/as no município é contínua, pois como demonstrado, mesmo com direitos

garantidos legalmente, o risco sempre esteve presente, mantendo-se claramente dentro da lógica existente nos movimentos sociais, movimentos trabalhistas e outros, que se sustentam e reformulam-se justamente diante das contradições, dos choques de interesses, dos antagonismos, da exploração do homem pelo homem, da ausência ou perda de direitos, enfim, da constante luta existente na sociedade contemporânea que movimenta, constrói e desconstrói sua estrutura.

CONSIDERAÇÕES

Ao observar e discutir o movimento sindical representado pelos/as servidores/as públicos municipais da região da Zona da Mata, percebe-se uma série de fatores que contribuem para a análise e compreensão acerca dos movimentos sociais contemporâneos. Primeiramente pode-se destacar o papel do sindicato enquanto entidade representativa no cotidiano e nas relações entre trabalhadores/as, pois a instituição tem como principal tarefa articular e defender as demandas advindas do funcionalismo público com as outras classes que quase sempre representam interesses opostos aos dos/as trabalhadores/as, cabe a entidade também o papel de interlocução entre os atores sociais que prestam serviços às prefeituras e o Executivo municipal,

encaminhando discussões e contribuindo para as deliberações coletivas das diversas categorias por ele representadas.

Outro ponto que vale ser destacado, é a mobilização dos/as trabalhadores/as e a importância dos movimentos que trazem a unicidade, a combatividade, a coletividade, o pensamento não só voltado para o interesse individual do sujeito, mas sim o pensamento que advém da consciência coletiva, das categorias, das consciências de classe que emergem a partir do movimento social do sindicato, representado com muita expressão nos movimentos de greve, pois mesmo sendo vista como o último recurso, como um mecanismo arriscado, que traz desgaste, etc., a greve continua a ser o movimento do qual mais se tem obtido resultados em relação às pautas de reivindicações dos/as trabalhadores/as municipais, bem como o movimento que mais contribui para a organização, combatividade, mobilização e trocas de experiências que em um movimento trabalhista, só podem acontecer por meio da greve.

Porém, considera-se que assim como tantos outros movimentos que defendem causas de categorias, grupos e classes subalternas marginalizadas, exploradas, que compõem as bases da sociedade brasileira, a existência de problemas e desafios é uma constante, pois entende-se até mesmo que tais

problemas são parte do processo de construção, reformulação, reconstrução e fortalecimento de tais movimentos, pois os desafios contribuem para a dialética das relações sociais e movimentos sociais, rompendo com possíveis comodismos que engessam e não contribuem para avanços que de fato contemplem os interesses dos grupos representados pelos movimentos sociais, pois as contradições, a luta de classes, compõem a “máquina da história”, e é diante dos desafios advindos dos contrastes da sociedade capitalista, que a busca por soluções e aprimoramentos devem sempre acontecer.

Alguns pontos em relação ao movimento e organização sindical dos/as servidores/as na região encontram-se fragilizados, tais dificuldades perpassam tanto por questões internas quanto externas ao sindicato, desde problemas relacionados a não democratização das decisões coletivas na entidade, os problemas financeiros, os de gestão, do conflito de interesses e articulação às vezes pacífica e legalista da entidade com o executivo municipal, bem como das propostas e políticas exercidas pelo poder municipal em fragmentar, burocratizar e deslegitimar o movimento dos/as servidores/as.

A fim de refletir acerca das possibilidades para transformações na estrutura sindical atual, caminhos devem ser trilhados, rupturas dentro da estrutura vigente

devem acontecer, e o protagonismo para as mudanças deve ser exercido pelos principais interessados, os trabalhadores!

Por fim, considera-se que a unicidade do sindicalismo da região precisa ser fortalecida, revista, reconfigurada, que os anseios e demandas dos/as trabalhadores/as e bem estar da sociedade em geral devem estar sempre à frente das discussões e decisões do sindicato, a busca pelo fortalecimento do movimento sindical deve ser incessante e os antigos valores retomados, resgatando a concepção de sindicato construída historicamente no Brasil e no mundo, defendendo sempre a autonomia, combatividade, democracia, legitimidade, união e renovação. Sempre no sentido de avançar em defesa da causa dos sujeitos que são a base, e é a partir desta base que se pode almejar de fato a mudança no sindicato, tornando este, um símbolo de resistência às propostas do governo em fragmentar e controlar o movimento dos servidores, deslegitimando não a sua causa, sua luta, mas sim os retrocessos, a legalização injusta e as imposições que o corporativismo e a política tem desenvolvido em relação aos trabalhadores.

Esta luta está longe de ser uma tarefa fácil, porém assim como se teve em vários momentos na história, a vitória não é impossível, pois o povo já teve, e continua a

ter voz, e que o histórico de lutas do povo brasileiro seja sempre a referência para os contemporâneos.

FONTES

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA ZONA DA MATA. **ATA S/Nº, 2008.** Rolim de Moura, 2008.

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA ZONA DA MATA. **ATA/0002, 2009.** Rolim de Moura, 2009.

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA ZONA DA MATA. **ATA/0011, 2009.** Rolim de Moura, 2009.

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA ZONA DA MATA. **ATA/0010, 2010.** Rolim de Moura, 2010.

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA ZONA DA MATA. **ATA S/Nº, 2012.** Rolim de Moura, 2012.

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA ZONA DA MATA. **ATA/12, 2012.** Rolim de Moura, 2012.

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA ZONA DA

MATA. **ATA/22, 2012.** Rolim de Moura, 2012.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. **Nos tempos de Getúlio:** da revolução de 30 ao fim do Estado Novo. 17. ed. São Paulo: Atual, 2004.

CASTRO, Pedro. **Greve:** fatos e significados. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do Pensamento Marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CANÊDO, Letícia Bicalho. **A classe operária vai ao sindicato.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

ENGELS, Friedrich. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico.** Rocket Edition, 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socialismoutopico.pdf>. Acesso em 20/09/2017.

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais.** 4ª ed. Edições Loyola. São Paulo, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos.** Org. e trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 30:** história

e historiografia. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. In _____. **Documento/Monumento**. Trad. Bernardo Leitão, et al. Campinas: SP Editora da UNICAMP, 1990. p. 462-473.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã, Karl Marx e Friedrich Engels**. Trad. Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. **História Oral Como Fonte: problemas e métodos**. *Historiæ*, Rio Grande, 2 (1): 95-108, 2011.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Definindo História Oral e Memória**. Cadernos CERU – nº 5 – série 2. São Paulo, 1994.

ROSSI, Waldemar; GERAB, William Jorge. **Para Entender os Sindicatos no Brasil: uma visão classista**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SOIHET, Rachel. **História, Mulheres, Gênero: contribuições para um debate**. In: _____. AGUIAR, Neuma. **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997. p. 95-114.

NOTAS

¹ Licenciado em História e Mestre em História e estudos culturais pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Professor substituto do Curso de História da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR- Campus de Rolim de Moura). E-mail: alanrcrv@gmail.com

² As greves rompem abertamente com a subordinação rotineira do operário ao capitalista dentro das relações de produção capitalistas. Na maior parte dos países, durante todo o século XIX (e muitas vezes mesmo depois), as greves eram ilegais e constituíam por isso, pelo menos implicitamente, um desafio ao Estado. De fato, significaram, muitas vezes, parte de explosões de descontentamento da classe operária de caráter mais geral. (...) As greves inspiraram as primeiras e entusiásticas observações de Marx e Engels sobre os sindicatos. Em 1844, Engels escreveu, em *A condição da classe trabalhadora na Inglaterra* que as greves inglesas acabavam habitualmente em derrotas, mas pressagiavam a “guerra social” e eram “a escola militar dos trabalhadores, na qual se preparam para a grande e inevitável luta”. Em *Miséria da filosofia* (1847), Marx disse que os conflitos isolados evoluíam naturalmente para “uma verdadeira guerra civil”, permitindo que o proletariado se tornasse “uma classe para si”. A mesma mensagem aparece no *Manifesto comunista*. Mais tarde, grande parte do trabalho prático da Primeira Internacional consistiu de apoio material a grevistas, cujo número aumentou durante a crise econômica da década de 1880. Marx admitiu, contudo, que as greves podiam ser apenas iniciativas rotineiras de sindicatos relativamente conservadores, visando a objetivos limitados. Se Marx insistia em que os sindicatos da Internacional “não deviam esquecer que estavam lutando contra os efeitos, e não contra as causas desses efeitos”, isso significava que os sindicalistas muitas vezes ficavam satisfeitos apenas com “envolverem-se nessas inevitáveis guerras de guerrilha” (*Salário, preço e lucro*, 1865). (BOTTOMORE, Tom (org.). 1988, p. 270).

³

Fonte: <http://chicomeloescreve.blogspot.com.br/2012/12/acabou-servidores-encerram-greve-contr.html>

Recebido em: 05/12/2018.

Aprovado em: 18/12/2018.

Publicado em: 10/01/2019.